



Pré-sal
Petróleo

RELATÓRIO ANUAL DE
ATIVIDADES DE
AUDITORIA INTERNA 2017

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
1. INTRODUÇÃO.....	3
2. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS.....	3
2.1 Implementação dos Temas.....	4
2.2 Análise comparativa 2016 e 2017	6
2.3 Conclusão.....	7
3. ATIVIDADES DE AUDITORIA PROGRAMADAS	8
4. ATIVIDADES EXTRAPROGRAMADAS	15
5. FATOS QUE IMPACTARAM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA.....	15
6. IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES	16
7. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS	16
8. Conclusão.....	18

1. INTRODUÇÃO

A Auditoria Interna da Pré-sal Petróleo é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como desenvolver ações preventivas e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Empresa, no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, moralidade, impessoalidade e da probidade dos atos da administração.

A Unidade de Auditoria Interna tem por objetivo assessorar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão praticados no âmbito da empresa e apoiar os órgãos federais de controle interno e externo no exercício de sua missão institucional.

Conforme o Decreto nº 3.591/2000, as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal Indireta vinculadas aos Ministérios estão sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Controladoria Geral da União- CGU.

A CGU detém competência para avaliar o desempenho da Auditoria Interna. Para efeito de integração das ações de controle, a unidade de auditoria interna deve apresentar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para o exercício seguinte (PAINT) e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna do exercício anterior (RAINT).

O presente Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN, foi elaborado pela Auditoria Interna da Pré-sal Petróleo, de acordo com a Instrução Normativa nº 24 de 17 de novembro de 2015, da Controladoria Geral da União – CGU.

2. ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO E GESTÃO DE RISCOS CORPORATIVOS

Iniciamos a apresentação do RAIN com a síntese da análise acerca do nível de maturação dos controles internos e da gestão dos riscos corporativos da empresa. Esta análise foi feita por meio de avaliação sobre a percepção dos gestores acerca do grau de implementação da gestão da empresa, envolvendo, além dos temas mencionados (gestão de riscos e controles internos), a implementação da governança, planejamento institucional e desempenho operacional.

Foi confeccionado questionário como objetivo de colher informações sobre as práticas de gestão, visando avaliar os temas mencionados. Este instrumento foi elaborado pela Auditoria Interna da PPSA, com base no Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública, em modelos internacionais aplicados à governança e à gestão estratégica, tais como o adotado na esfera federal dos Estados Unidos (Human Capital Assessment and Accountability Framework) e o publicado pela Federação Internacional de Contadores (Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective), em modelos nacionais adotados pelos órgãos de controle CGU e TCU (Perfil GovPessoas e PerfilGovTI), nas orientações da ISO 31000 (Gestão de riscos — Princípios e diretrizes) e nos modelos conceituais COSO I (Internal Control – Integrated Framework) e COSO II (Enterprise Risk Management — Integrated Framework)

As informações geradas pelo questionário são de grande importância e visam contribuir para o aprimoramento na gestão da empresa, na medida em que fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além fornecer subsídio para a

proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

O questionário é composto por perguntas sobre políticas e práticas relacionadas a Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos. As perguntas estão divididas nos 8 componentes propostos no modelo conceitual COSO II (Enterprise Risk Management — Integrated Framework): Ambiente Interno, Fixação de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informações/Comunicações e Monitoramento.

Esta metodologia procurou abranger importantes fatores críticos para o alcance de resultados e o cumprimento da missão organizacional. Na avaliação do exercício de 2017 foram introduzidas perguntas relativas a gravidade dos temas, urgência de implementação e tendência de evolução da situação caso nenhuma ação seja adotada.

Incorporando a urgência e a tendência temos uma ferramenta mais completa para tomada de decisão dos gestores na priorização de implementação dos temas (ferramenta GUT).

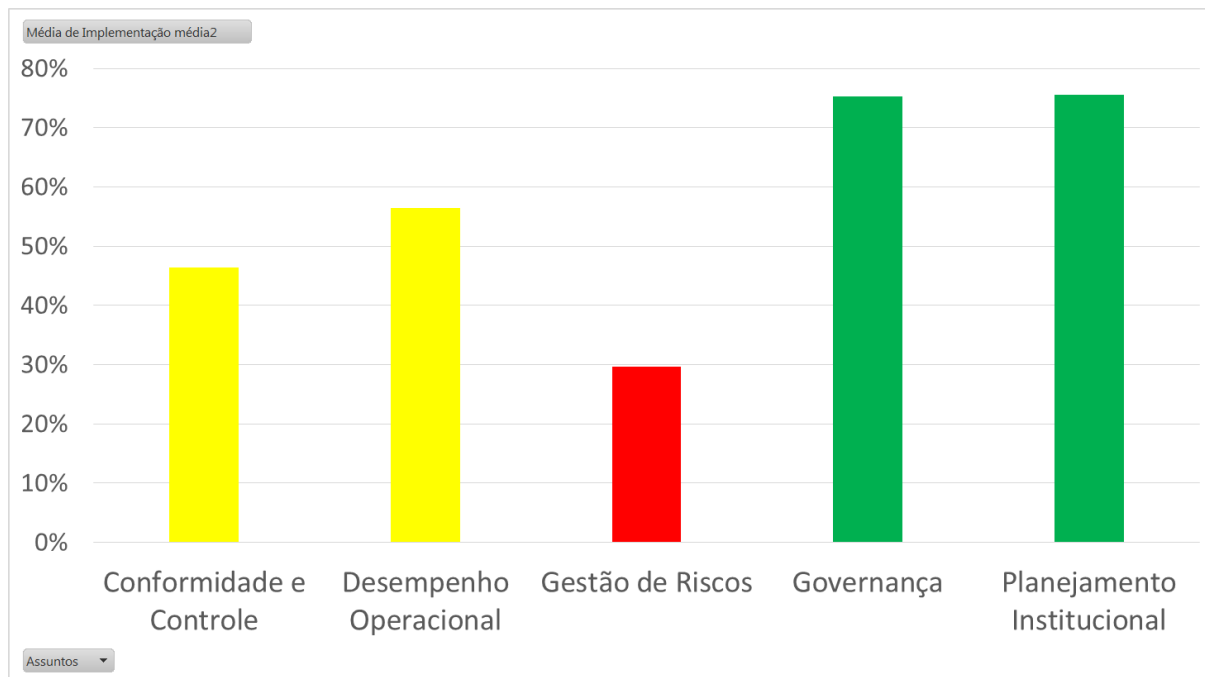
O questionário foi distribuído para as quatro Diretorias da PPSA, que apresentaram um diagnóstico da gestão da empresa baseado nas impressões de cada uma. Após a coleta dos resultados, foi quantificada a média das respostas de cada item, visando a diluir as variações encontradas nas respostas. A seguir, apresentamos uma síntese do diagnóstico realizado:

2.1 Implementação dos Temas

As questões estão agrupadas nos oito componentes COSO, a saber: Ambiente Interno, Fixação de Objetivos, Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos, Resposta ao Risco, Atividades de Controle, Informações/Comunicações e Monitoramento.

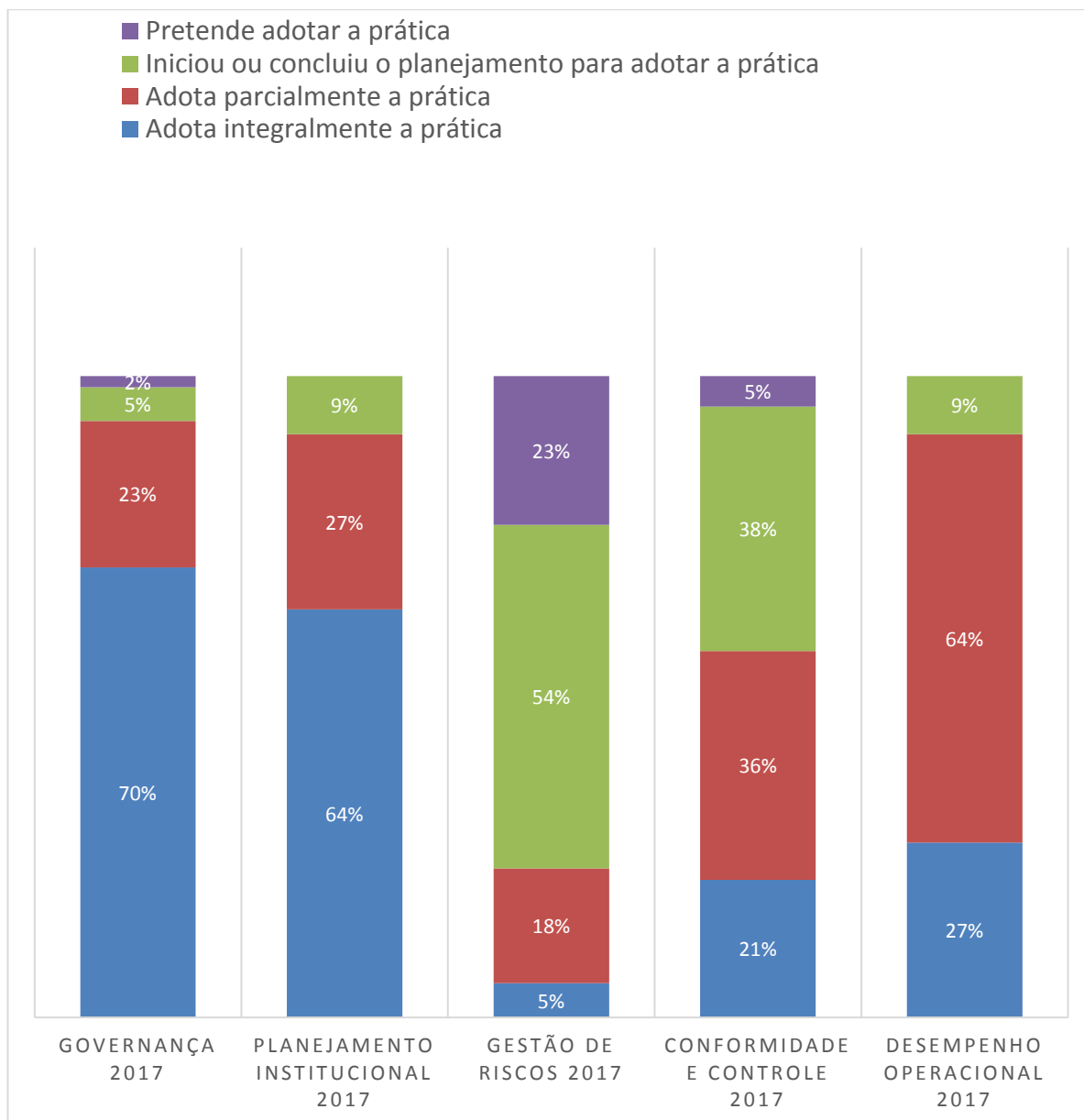
Os componentes possuem perguntas sobre políticas e práticas relacionadas aos seguintes temas: Planejamento Institucional, Governança, Gestão de Riscos, Desempenho Operacional, Conformidades e Controles Internos.

A seguir apresentamos uma avaliação sintética do grau de implementação dos temas:



As políticas e diretrizes relacionadas à gestão de riscos corporativos, ao desempenho operacional e à conformidade e controle tiveram o menor grau de implementação, de acordo com a avaliação. Cabe destacar que na formulação do questionário, foram consideradas como práticas e políticas de “Governança” apenas as relacionadas à formação da base fundamental, o que dá alicerce para a estruturação da empresa e para o desenvolvimento dos demais universos. Para nossa análise adotamos um enfoque mais restrito, uma vez que em sentido amplo ela abarcaria todos os demais temas analisados (Planejamento Estratégico, Gerenciamento de Riscos, Desempenho empresarial, Conformidade e Controles Internos).

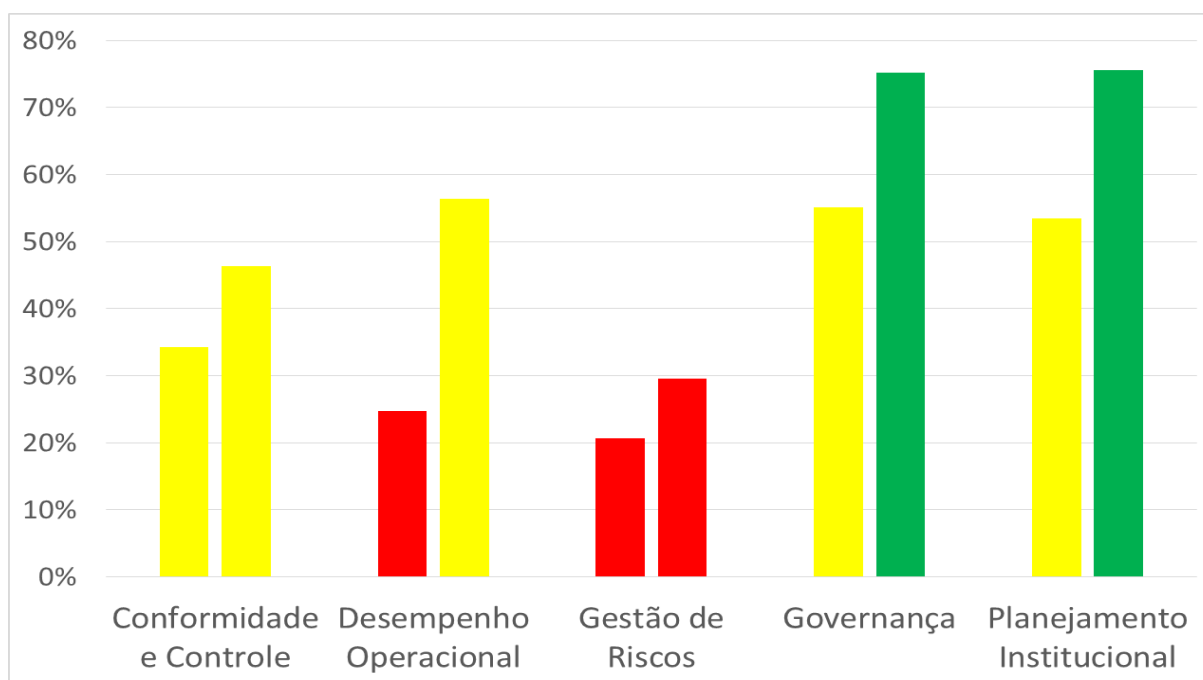
As questões referentes às políticas e diretrizes foram divididas em 5 estágios de implementação: 1 - Não adota a prática, 2 - pretende adotar a prática, 3 - iniciou ou concluiu o planejamento para adotar a prática, 4 - adota parcialmente a prática e 5 - adota a prática. No gráfico, a seguir, apresentamos para cada tema, o percentual de questões classificadas em cada estágio de implementação.



Percebemos que o tema governança possui o maior percentual de implementação de políticas e diretrizes, 93% foram consideradas adotadas ou parcialmente adotadas, no outro extremo, o tema gestão de riscos, possui o menor percentual de implementação, apenas 23% das políticas foram consideradas adotadas ou parcialmente adotadas.

2.2 Análise comparativa 2016 e 2017

A seguir apresentamos um gráfico comparativo relativa ao grau de implementação das políticas e práticas segundo a percepção dos gestores em 2016 e 2017.



Houve evolução em todos os temas avaliados se destacando o Desempenho Operacional, isto se deve ao fato de a direção da empresa ter adotado diversas medidas relacionadas ao acompanhamento do desempenho empresarial em especial relativo a implementação do planejamento estratégico.

Outros dois temas que tiveram destaque no exercício, foram o Planejamento Institucional, em função da evolução das práticas associadas ao planejamento estratégico, e a outra foi Governança, com a ampliação de ações relacionadas ao mapeamento de processos, à construção de procedimentos e à estruturação básica da empresa.

Por outro lado percebemos que as práticas relativas a gestão de riscos corporativos, ainda, carecem de maior atenção por parte da direção da empresa. Como medida para remediar essa defasagem a empresa incluiu no Planejamento estratégico a Iniciativa 4.4.1 - Implantar a gestão de risco na Pré-Sal Petróleo. Tal iniciativa, também, irá colocar a empresa aderente aos ditames da Lei 13.303/16 e da Resolução CGPAR n.º 18/16.

2.3 Conclusão

A metodologia utilizada para análise do grau de implementação da gestão encontra-se em processo de maturação, além disso carece de parâmetros comparativos externos com outras instituições que se encontram em processo de implementação de sua estrutura de gestão. Entretanto, a metodologia utilizada permite a identificação de temas com maior defasagem de implementação, além de servir como um referencial para o acompanhamento evolutivo de implementação de cada tema.

As informações geradas fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além de fornecer subsídio para a proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

Na análise foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos e de Controles Internos. Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, fazendo um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. A previsão da Auditoria é aplicar o questionário anualmente.

A Pré-sal Petróleo encontra-se em processo de implantação, diversos aspectos referentes à estruturação estão sendo implementados. Atualmente, o índice de implementação das políticas se encontra em grau intermediário. As políticas/diretrizes que apresentaram maior defasagem na implantação foram às relacionadas à gestão de risco, à conformidade e controle.

A PPSA deve intensificar ações voltadas a desenvolver sua estrutura de gestão de riscos corporativos com vistas a reduzir o grau de criticidade do tema e atuar na implementação de medidas associadas a avaliação do desempenho operacional tema acumula maior fator gravidade, urgência e tendência.

Atualmente a empresa está adotando ações que irão colaborar na melhoria da gestão da empresa, refletindo na percepção geral da implementação das políticas/diretrizes, o que será observado na próxima avaliação a ser realizada no final do exercício de 2018.

A seguir, elencamos as ações que irão colaborar para melhoria da percepção da implementação das políticas/diretrizes de gestão, que estão em fase de estudo e implantação:

- Implantação do Planejamento Estratégico 18-22
- Mapeamento de Processos e Macroprocessos e confecção de procedimentos e manuais
- Implantação da gestão de risco na Pré-Sal Petróleo
- Implantação do Programa de Integridade
- Implementação do Programa de Transparência

Implantação do Plano de Gestão

3. ATIVIDADES DE AUDITORIA PROGRAMADAS

A seguir apresentamos as atividades propostas no PAINT 2017, a comparação entre o tempo estimado e gasto na realização de cada atividade, o status atual de conclusão de cada atividade e comentários acerca de sua realização em 2017:

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 001 – ELABORAÇÃO DO RAIN 2016

Avaliação sumária - Riscos: Não atendimento às exigências do Controle Interno. Não monitoramento/acompanhamento das atividades desempenhadas pela Auditoria Interna.

Relevância: Acompanhar a evolução das atividades desempenhadas pela Auditoria Interna.

Objetivo da Auditoria: Dar ciência ao órgão de Controle Interno e ao Conselho de Administração das atividades executadas pela Auditoria Interna no exercício anterior.

Resultados Esperados: Elaboração do RAINT em conformidade com a legislação pertinente e seu encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido.

Escopo: Acompanhamento da execução das atividades de auditoria planejadas para 2016.

Tempo estimado em RH/Horas: 40 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 48 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

O RAINT 2016 foi elaborado observando as orientações constantes da Instrução Normativa CGU n.º 24/2015, respeitando o prazo de envio. A Controladoria Geral da União não apresentou críticas acerca de seu conteúdo.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 002 – ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2016 E O PROCESSO ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Avaliação sumária - Riscos: Não atender às exigências do Controle Interno e Externo e não cumprir com as decisões normativas do TCU.

Relevância: Prestar Contas para a sociedade.

Objetivo da Auditoria: Acompanhar a formalização do Relatório de Gestão, de acordo com a legislação pertinente.

Resultados Esperados: Envio do Relatório em conformidade com a legislação pertinente e dentro do prazo legalmente determinado.

Escopo: Assessorar a realização do Relatório Anual de Gestão relativo ao exercício de 2016.

Tempo estimado em RH/Horas: 224 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 160 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

O relatório de gestão de 2016 foi concluído e entregue no prazo. A Auditoria Interna realizou apresentação para o corpo de funcionários orientando sobre a importância do tema, além de orientar na observância do conteúdo e assessorar no processo de confecção e envio.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 003 – AUDITORIA NO PROCESSO DE GESTÃO DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO (Continuação Ação de Auditoria n.º4/2016)

Avaliação sumária - Riscos: Redução dos recursos para o Fundo Social – FS, conforme Lei 12.351/2010, artigo 49º, Inciso III. Gestão ineficiente do Contrato de Partilha.

Relevância: Atendimento aos dispostos da Lei 12.351/2010 e atendimento ao disposto nos Contratos de Partilha da Produção.

Origem da demanda: Conselho de Administração da PPSA

Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos relativos à participação dos representantes da PPSA nos Comitês Operacional, Técnico e Financeiro.

Resultados Esperados: Evitar a ocorrência de irregularidades e impropriedades. Ampliar a governança do processo.

Escopo: Verificar os procedimentos e manuais utilizados na participação da PPSA nos Comitês do Contrato de Partilha e mapear o macroprocesso e os processos relacionados.

Tempo estimado em RH/Horas: 298 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 504 homens-hora

Status Atual: Concluído

Comentários:

Os pontos de auditoria detectados foram enviados para resposta e comentários das diretorias. Foram propostas melhorias na gestão operacional, com alteração no procedimento, fluxograma e propostas de manualização de atividades, alteração de Regimento, adequação de Termo de Referência e de cronograma de contrato, aprimoramentos na gestão documental, no fluxo de informações e alterações na estrutura organizacional e na governança da empresa.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 004 – AUDITORIA DO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Avaliação sumária - Riscos: Descumprimento da Lei n.º 12.351/2010 e da Resolução ANP.

Relevância: Atendimento ao disposto na Lei 12.351/2010

Origem da demanda: Gestão da PPSA

Objetivo da Auditoria: Avaliar os procedimentos utilizados na gestão dos processos de individualização da produção.

Resultados Esperados: Evitar a ocorrência de irregularidades e impropriedades. Ampliar a governança do processo.

Escopo: Verificar os procedimentos e manuais utilizados para realização dos Acordos de Individualização da Produção e mapear o macroprocesso e os processos relacionados.

Tempo estimado em RH/Horas: 354 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 24 homens-hora

Status Atual: Em planejamento.

Comentários:

A atividade foi iniciada em 2017, foram realizadas entrevistas e levantamentos de dados para confecção do planejamento da ação de controle.

A análise será retomada no exercício de 2017, após a etapa de prestação de contas da empresa.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 005 – ELABORAÇÃO DO PAINT 2018

Avaliação sumária - Riscos: Comprometimento das atividades de auditoria executadas no exercício seguinte.

Relevância: Orientar os trabalhos de auditoria e permitir ao Gestor e Órgão de Controle acompanhamento das ações previstas pela Auditoria Interna.

Objetivo da Auditoria: Dar ciência aos órgãos de controle interno e externo das atividades programadas para 2018

Resultados Esperados: Elaboração do PAINT em conformidade com a legislação pertinente e seu encaminhamento ao Órgão de Controle Interno dentro do prazo legalmente estabelecido

Escopo: Definição das áreas e atividades de acordo com as prioridades institucionais para 2018

Tempo estimado em RH/Horas: 40 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 40 homens-hora

Status atual: Concluída

Comentários:

O Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT 2018, após apreciação do Conselho de Administração, foi encaminhado para análise prévia da CGU, a qual não se manifestou acerca de seu conteúdo. A versão final do PAINT 2018, aprovada, pelo CA está sendo enviada junto com este Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN 2016 à CGU, respeitando o prazo estipulado no art 8º e art 16 da IN CGU n.º 24/2015.

AÇÃO DE AUDITORIA Nº 007 – AVALIAÇÃO ANUAL DA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCO. ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO DA AUDITORIA

Avaliação sumária- Riscos: O Sistema de Controle Interno da PPSA pode falhar na identificação, mensuração e registro dos fatos e eventos. Ausência da Gestão de Risco não permite a identificação de áreas críticas da organização.

Relevância: O sistema de controle é instrumento de gestão imprescindível para os setores, como a de controladoria, que depende da informação para a execução de suas atividades, mitigando o risco de desconhecimento do real cenário em que tais atividades são executadas.

Objetivo da Auditoria: Avaliar a estrutura existente de controles internos e a política de gestão de riscos.

Resultados Esperados: Aprimoramento dos Controles Internos e da Política de Gestão de Riscos Corporativos.

Escopo: Análise do Gerenciamento de Riscos Corporativos e da Estrutura de Controles Internos orientado pelo COSO I, COSO II e ISO 31000.

Tempo estimado em RH/Horas: 104 homens-hora

Tempo efetivamente utilizado em RH/Horas: 112 homens-hora

Status Atual: concluída

Comentários:

Foi apresentado, um resumo do conteúdo trabalhado no primeiro capítulo deste relatório. A atividade foi concluída em dezembro de 2017, consumindo 112 RH/Horas.

A metodologia utilizada para análise do grau de implementação da gestão encontra-se em processo de maturação, além disso carece de parâmetros comparativos externos com outras instituições que se encontram em processo de implementação de sua estrutura de gestão. Entretanto, a metodologia utilizada permite a identificação de temas com maior defasagem de implementação, além de servir como um referencial para o acompanhamento evolutivo de implementação de cada tema.

As informações geradas fomentam práticas de autoavaliação periódica e de apropriação dos resultados para estruturação de ações de melhoria contínua em termos de gestão, além de fornecer subsídio para a proposição de ações sistêmicas de melhoria de desempenho, construindo um referencial de orientação estratégica em termos de boas práticas de gestão.

Na análise foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos e de Controles Internos. Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, fazendo um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. A previsão da Auditoria é aplicar o questionário anualmente.

A Pré-sal Petróleo encontra-se em processo de implantação, diversos aspectos referentes à estruturação estão sendo implementados. Atualmente, o índice de implementação das políticas se encontra em grau intermediário. As políticas/diretrizes que apresentaram maior defasagem na implantação foram às relacionadas à gestão de risco, à conformidade e controle.

A PPSA deve intensificar ações voltadas a desenvolver sua estrutura de gestão de riscos corporativos com vistas a reduzir o grau de criticidade do tema e atuar na implementação de medidas associadas a avaliação do desempenho operacional tema acumula maior fator gravidade, urgência e tendência.

Atualmente a empresa está adotando ações que irão colaborar na melhoria da gestão da empresa, refletindo na percepção geral da implementação das políticas/diretrizes, o que será observado na próxima avaliação a ser realizada no final do exercício de 2018.

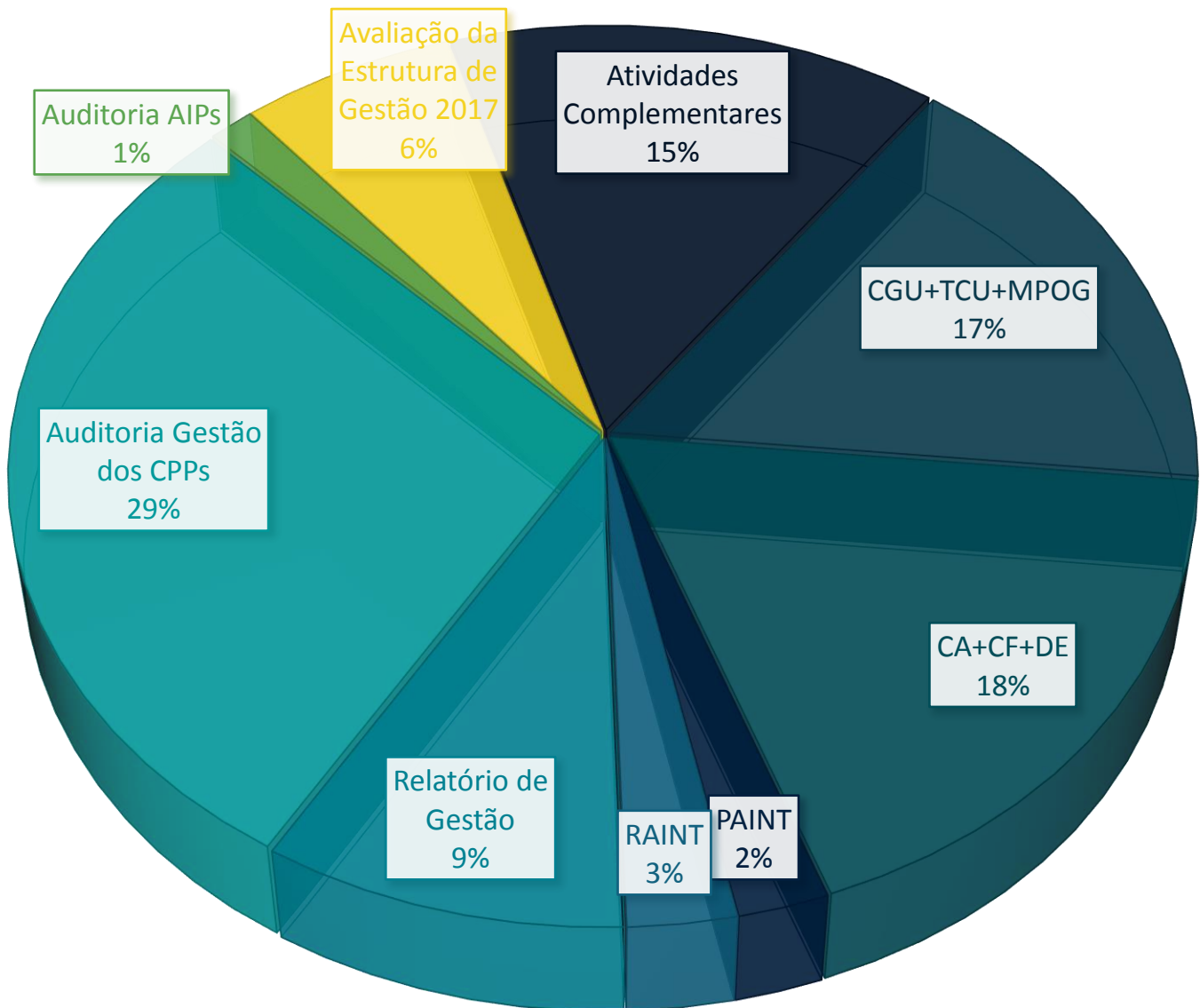
A seguir, elencamos as ações que irão colaborar para melhoria da percepção da implementação das políticas/diretrizes de gestão, que estão em fase de estudo e implantação:

- Implantação do Planejamento Estratégico 18-22
- Mapeamento de Processos e Macroprocessos e confecção de procedimentos e manuais
- Implantação da gestão de risco na Pré-Sal Petróleo
- Implantação do Programa de Integridade
- Implementação do Programa de Transparência

Implantação do Plano de Gestão

QUADRO – AÇÕES HH ESTIMADO E REALIZADO 2017.

	HH Estimado	HH Realizado	HH Variação	% estimado	% realizado	%variação
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 001 – ELABORAÇÃO DO RAIN 2016	40	48	8	2%	3%	20%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 002 – ASSESSORAR A ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2016 E O PROCESSO ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.	224	160	-64	13%	9%	-29%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 003 – AUDITORIA NO PROCESSO DE GESTÃO DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO (Continuação Ação de Auditoria n.º4/2016)	298	504	206	17%	29%	69%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 004 – AUDITORIA DO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	354	24	-330	21%	1%	-93%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 005 – ELABORAÇÃO DO PAINT 2018	40	40	0	2%	2%	0%
AÇÃO DE AUDITORIA Nº 006 – AVALIAÇÃO ANUAL DA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GESTÃO DE RISCO. ATUALIZAÇÃO DA MATRIZ DE RISCO DA AUDITORIA	104	112	8	6%	7%	8%
Reserva técnica para atendimento às demandas de Órgãos de Controle (TCU, CGU e SEST).	300	288	-12	17%	17%	-4%
Reserva técnica para atendimento de solicitações especiais da Alta Administração. (DE, CA e CF)	200	312	112	12%	18%	56%
Atividades complementares (revisão de relatórios, revisão de procedimentos, manuais, mapeamento de processo, padronização das práticas da Auditoria e estudos especiais)	160	256	96	9%	15%	60%
Total	1720	1744				



4. ATIVIDADES EXTRAPROGRAMADAS

Durante o exercício de 2017 somente foi realizada uma atividade sem previsão no PAINT. Atendendo a Correspondência Interna - GRH n.º 10/2017 e ao Ofício Circular n.º 30/2016-MP, de 26 de janeiro de 2016, a Auditoria Interna procedeu análise visando a ratificar as informações constantes da planilha “Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais– Análise de conformidade dos valores realizados versus limites autorizados”. A realização da mencionada atividade não impactou o cronograma da Auditoria Interna e foi alocada como atendimento de solicitações especiais da alta administração.

5. FATOS QUE IMPACTARAM A ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

No exercício de 2017, a PPSA atendeu a diversas demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). A Auditoria Interna, no exercício de sua função de interlocução com os órgãos de controle e de assessoramento a direção da empresa, atuou no atendimento demandas mencionadas, a seguir detalhadas:

- a) Fornecimento de informações. Atendimento às demandas do TCU referentes a implementação das recomendações constantes do Acórdão n.º 2.900/2015-Plenário Auditoria de Levantamento, Acórdão nº 72/2017 – Plenário e Acórdão de Relação Nº 9442/2017 – Segunda Câmara.
- b) Atendimento à equipe do TCU na realização de auditorias em processo de representação, TC 032.740/2017-4, que trata de apuração de irregularidades e falhas estruturais na política de comercialização do óleo e gás natural pertencentes à União provenientes de contratos de exploração no modelo de partilha de produção e verificação de possível descumprimento de Contrato de Prestação de Serviço celebrado entre a União e a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A (PPSA),
- c) Atendimento à equipe do TCU na realização de auditorias em ação de monitoramento do cumprimento de deliberação proferida no processo de Monitoramento, TC 003.487/2016-4, que trata de Fiscalização realizada na Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA),
- d) Respostas a questionamentos pontuais do TCU: Perfil GovPessoas e Perfil GovTI.
- e) Questionamento do SEST sobre o nível de governança da empresa para cálculo do IG-SEST a respeito de práticas de governança adotadas pela PPSA.
- f) Apoio na revisão do Planejamento Estratégico.
- g) Apoio na estruturação da Política de Gestão de Riscos.

A Auditoria Interna, no planejamento de suas atividades, reservou 300hh para atendimento às demandas dos órgãos de controle e 200hh para atendimento a alta administração, foram consumidas 288hh e 312hh respectivamente.

O ponto que mais impactou a conclusão de todas as tarefas foi atraso na conclusão da ação de auditoria n.º 3 - AUDITORIA NO PROCESSO DE GESTÃO DO CONTRATO DE PARTILHA DE PRODUÇÃO em função da complexidade da análise realizada, do número de superintendências e gerências envolvidas, do número de revisões realizadas no relatório, do ineditismo da análise realizada, das incertezas envolvidas em função da falta de mapeamento de processo e de procedimentos, e da falta de governança no processo no momento da análise. A Auditoria Interna

atuou diretamente contribuindo para construção de soluções no momento da realização da auditoria o que demandou tempo e conseqüentemente contribuiu para o atraso na conclusão da tarefa.

A empresa possui uma estrutura enxuta, 30 funcionários, sendo um funcionário dedicado para a execução da atividade de Auditoria. O excesso de demandas, não previstas, acabou impactando na atuação da Auditoria Interna. Para 2017, a auditoria prevê o apoio de colaborador para auxiliar nesta atividade de controle e atendimento as demandas externas e apoio a confecção do Relatório de Gestão da PPSA.

6. IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES

A criação da Auditoria da Pré-sal Petróleo é recente, as recomendações pendentes de implementação serão acompanhadas quando da realização de atividades de follow-up.

7. ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA E BENEFÍCIOS OBTIDOS

Durante o exercício de 2017, a Auditoria Interna participou de diversas atividades assessorando à Diretoria Executiva. A Auditoria Interna assessorou na confecção do Relatório de Gestão da empresa, no atendimento a diversas demandas do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU) e da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A Auditoria Interna procedeu à confecção do RAINTE 2016, atendendo as novas orientações constante da IN CGU n.º 25/2015 e à confecção do PAINT 2018, que foi levado a apreciação do Conselho de Administração, para posterior encaminhamento da versão final a CGU.

Com relação à ação de avaliação da estrutura de controles internos e gestão de riscos corporativos, foi possível realizar um diagnóstico dos diferentes componentes do gerenciamento de riscos corporativos (COSO II) e de Controles Internos (COSO I). Além de permitir a identificação de pontos críticos e pontos de potencial desenvolvimento, foi possível fazer um registro da situação atual, permitindo um acompanhamento evolutivo dos temas avaliados. Também foi possível a priorização do tratamento dos pontos identificados pela análise de criticidade e análise GUT (Gravidade, Urgência e Tendência).

Com relação à Auditoria Operacional realizada no Processo de Gestão dos Contratos de Partilha da Produção, apresentamos, a seguir, de forma sintética, as recomendações provenientes atuação da Auditoria, muitas já convertidas em ações na empresa:

- estruturação de procedimentos para gestão da governança da empresa, visando a atualização e mapeamento dos processos. Ampliação as ações de consolidação e integração das iniciativas voltadas à governança da empresa, construção do Sistema de Gestão da PRÉ-SAL PETRÓLEO (solução de governança).
- definição de um modelo de mapeamento de processos e notação, estabelecendo regras de mapeamento para modelagem dos processos da empresa.
- readequação do cronograma do contrato com a KPMG de forma a ajustar o prazo de apoio a implantação realizado pela consultoria na fase 6 da contratação, com o prazo de implantação do SGPP.

- adequação mapeamento dos macroprocessos realizados com as competências conferidas regimentalmente, em especial, no que se refere às competências da Assessoria Especial de Fiscalização.
- adequação do Termo de Referência para contratação do SGPP com vistas a adquirir uma solução integrada de sistemas que permita a inclusão de módulos que apoiem o processo de avaliação técnica e econômica dos planos, o processo de monitoramento e auditoria dos projetos, além de módulos que apoiem o macroprocesso de atuação no Comitê Operacional – OPCOM e controle os processos a ele relacionados.
- diversos ajustes ao Termo de Referência para contratação do SGPP: aprimoramento da especificação do objeto contratado, inserção de atividades não previstas, análise da viabilidade de futuros ajustes ao sistema contratado, controle da utilização da manutenção evolutiva e acompanhamento de sua utilização, além do levantamento dos riscos no processo de aquisição e implantação da solução integrada de softwares, fazendo um plano para mitigação dos riscos detectados.
- revisão nos fluxos e procedimentos relativos ao “processo de análise e elaboração dos votos da PRÉ-SAL PETRÓLEO junto ao Comitê Operacional”.
- ajustes no Regimento Interno do Comitê Operacional de forma a adequar as governanças da Pré-Sal Petróleo e do Consórcio.
- definição de conteúdo e diretrizes para realização de Notas Técnicas.
- aprimoramento dos mecanismos de arquivamento e intercâmbio de informações entre os representantes e seus substitutos dos Subcomitês e o do Comitê Operacional.
- estabelecimento de mecanismos para acompanhamento da atuação das Gerências Executivas nos Comitês Operacionais, por parte da Diretoria Executiva.
- aprimoramento da gestão documental, introduzindo soluções que propiciem o controle dos processos, cadastrando documentos e controlando os atos e decisões proferidas.
- ajustar as normas e procedimentos internos às exigências advindas dos novos contratos de partilha. Criação de procedimento e adaptação da matriz de governança para os contratos da rodada 2 e 3.
- estudar a realização de uma governança simplificada para atender a contratos de partilha oriundos de AIPs, onde a parte contratada sobre o regime de partilha tenha baixa participação percentual e/ou volumétrica na jazida unitizada.
- estruturar procedimento de avaliação econômica, submetendo os parâmetros para realização desta avaliação para análise e aprovação da alta administração.
- mapear o processo e construir procedimento referente a atividade de monitoramento de projeto. Definir metodologia e construir procedimento para a atividade de auditoria dos projetos e definir a área responsável por realizar essa auditoria.
- estruturação do programa de fiscalização para realização da auditoria, conforme previsão no Planejamento Estratégico.
- alteração organizacional com vistas a atender as novas demandas de gestão dos contratos de partilha sem comprometer a segregação de funções fundamentais para uma governança eficiente e segura.

8. Conclusão

De maneira geral, os pontos de auditoria identificados nos trabalhos realizados, estavam associados à ausência de procedimentos, de mapeamento de processos, de orientações, de definições e de manuais, o que é típico em projetos e empreendimentos em fase de estruturação. Cabe destacar que muitos dos pontos identificados já foram sanados quando da realização da auditoria. Não foram identificados pontos que configurassem fraudes, apenas algumas falhas e inconsistências, fraquezas, que, se não tratadas, podem comprometer a realização de atividades e proporcionar espaço para irregularidades.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.

Nelson Alves Santiago Neto
Auditor Interno